

A história do



na Silvicultura Brasileira



INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS





# A história do IPEF na Silvicultura Brasileira

NILMA DE OLIVEIRA MORATORI



Copyright (c) 2008 by Ipef

Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais

Av. Pádua Dias, 11 - Piracicaba - SP - Brasil

Caixa Postal 530 - CEP 13.400-970

Tel.: 19 2105-8600

[www.ipef.br](http://www.ipef.br)

*Presidente:* José Maria de Arruda Mendes Filho

*Vice-presidente:* Armando José Storni Santiago

*Diretor Executivo:* Luiz Ernesto George Barrichelo

*Vice-diretor Executivo:* Walter de Paula Lima

### Dados de Catalogação

A história do IPEF na Silvicultura Brasileira  
1968 - 2008

A história do IPEF na Silvicultura Brasileira / pesquisa e edição de texto Nilma de Oliveira Moratori;

[apresentação José Maria de Arruda Mendes Filho]. Piracicaba: Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2008. 000p.

1. Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais - História. 2. Eucalipto.  
3. Pinus. 4. Florestas – Preservação. 5. Integração Universidade –  
Empresa. I. Moratori, Nilma de Oliveira. II. Mendes Filho, José Maria  
de Arruda.

CDD 634.9  
GFDC 9445.4

*Projeto Gráfico/Editoração:*

Comuniquê Propaganda

Assessoria de Comunicação

Rua Dr. Paulo Pinto, 587 - São Dimas

CEP 13.416-222 - Piracicaba - SP

Tel.: 19 3434.7665

[www.agenciacomuniquê.com.br](http://www.agenciacomuniquê.com.br)

*Fotos:*

Arquivo IPEF

*Impressão:*

Gráfica e Editora Modelo



# Apresentação

A Silvicultura Brasileira de florestas plantadas comemorou recentemente seu centenário, baseando-se na introdução do eucalipto em escala comercial por Edmundo Navarro de Andrade.

A partir da década de 60, realmente tomou um impulso significativo mercê do início da industrialização, em larga escala, de produtos de origem vegetal, notadamente da madeira como matéria-prima para a produção de celulose e chapas.

Não por coincidência, a ciência florestal era despertada pela criação das primeiras escolas de engenharia florestal e atenção dos institutos e centros de pesquisas que, de forma tímida, já se dedicavam a pesquisas na área.

De forma acelerada, a tecnologia importada passou a ser substituída pela tecnologia gerada no próprio país devido aos esforços do meio acadêmico e do meio empresarial, tanto pela iniciativa pública como privada. Esse sinergismo colocou o Brasil como um dos líderes da silvicultura intensiva no mundo todo em apenas 40 anos.

Por outro lado, tornou o Brasil um país de vanguarda na exportação de produtos florestais, destacando-se como o maior produtor e exportador de celulose branqueada de madeira de eucalipto. Um fato inédito é a formação de recursos humanos que estão desempenhando suas funções profissionais em empresas do exterior.

Nesse contexto, o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais ocupa um lugar de destaque como pioneiro nos trabalhos de integração universidade-empresa e como exemplo da validade do modelo que procura otimizar os recursos humanos, materiais e financeiros em prol do setor florestal brasileiro.

Este livro procura resgatar parte de sua história e trajetória vitoriosa.

Boa leitura a todos.

**José Maria de Arruda Mendes Filho**

*Presidente do Conselho Deliberativo*





# Prefácio

Um sonho pode se tornar realidade se um idealista decide levantar uma bandeira e liderar uma equipe de outros sonhadores-empresendedores.

A História registra um sem-número de exemplos e somos testemunhas pessoais de algo acontecido no fim da década dos anos 60: Helládio do Amaral Mello transforma um sonho em realidade, motivando e liderando alguns colegas de Universidade e empresários da incipiente área florestal brasileira da época. O desafio: criar um mecanismo de integração do meio acadêmico com o meio empresarial, agregar ciência e tecnologia à técnica e à prática.

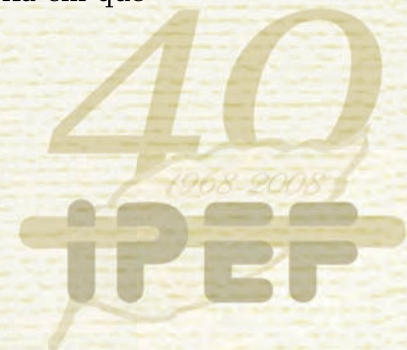
A sementeira, que corria riscos de cair nos caminhos e ser pisada pelos caminhantes, entre as pedras, e secar por não criar raízes ou ser levada pelas aves, caiu em terra fértil e produziu frutos, dez...cem... mil por um. A partir dessa missão predestinada, pôde-se observar resultados concretos de integração e interação entre as partes envolvidas com resultados que extravasam para o setor florestal brasileiro e mundial.

Não há registros de algo dessa amplitude, desprendimento e abertura em nenhum outro setor da economia nacional. Esse exemplo da área florestal permanece inédito e admirado quarenta anos depois. Essa técnica de dividir o particular é o grande segredo para multiplicar o coletivo.

Para isso não há segredos, nem passes de mágica.

As páginas seguintes registram uma alternativa testada e aprovada. Uma história em que todos saem vitoriosos porque o maior vitorioso é o Setor Florestal Brasileiro. Todos nós.

**Luiz Ernesto George Barrichelo**  
*Diretor Executivo*





# Sumário

|   |            |
|---|------------|
| <b>I - A década de 60 e a criação do IPEF .....</b>                             | <b>9</b>   |
| • O surgimento do IPEF .....  | 9          |
| • O 1º Estatuto.....  | 28         |
| • Homens que deram vida ao IPEF.....  | 34         |
| • Esalq/USP – centro de estudo e pesquisa .....                                 | 42         |
| • Departamento de Ciências Florestais da Esalq/USP.....                         | 44         |
| <br>  |            |
| <b>II - A década de 70 e a consolidação do IPEF.....</b>                        | <b>45</b>  |
| • Biblioteca Helládio do Amaral Mello.....                                      | 52         |
| • Publicações IPEF .....  | 55         |
| • Estação Experimental de Anhembi.....  | 61         |
| • Reuniões técnicas regionais.....  | 67         |
| • Setor de Sementes.....  | 69         |
| <br>  |            |
| <b>III - A década de 80 e a maturidade do IPEF.....</b>                         | <b>74</b>  |
| • Prêmio Helládio do Amaral Mello.....  | 74         |
| • Plano estratégico para desenvolvimento da pesquisa .....                      | 80         |
| • Programas Cooperativos.....   | 82         |
| • Estação Experimental de Itatinga .....  | 87         |
| • Os 20 anos do IPEF .....  | 88         |
| <br>  |            |
| <b>IV - A década de 90 e a reformulação do IPEF .....</b>                       | <b>94</b>  |
| • Dificuldades financeiras e administrativas .....                              | 95         |
| • Crescimento das exportações de produtos oriundos de florestas plantadas.....  | 96         |
| • Instituto de Pesquisa Florestal<br>Prof. Ronaldo Algodal Guedes Pereira ..... | 97         |
| • O site do IPEF .....  | 101        |
| • Os primeiros Sócios Honorários do IPEF .....                                  | 103        |
| <br>  |            |
| <b>V - O século XXI e a estabilidade do IPEF.....</b>                           | <b>105</b> |
| • Tecnologia com baixo impacto ambiental .....                                  | 107        |
| • Credenciamento do IPEF junto ao CNPq.....                                     | 123        |
| • Termo de Permissão de Uso Esalq/IPEF .....                                    | 126        |
| • Contrato de comodato com a VCP Celulose e Papel.....                          | 128        |
| <br>  |            |
| <b>VI - Conclusão .....</b>   | <b>134</b> |
| <br>  |            |
| <b>VII - O IPEF hoje .....</b>  | <b>136</b> |
| • Estrutura organizacional.....   | 136        |
| • Associadas Titulares e Colaboradoras.....                                     | 137        |
| • Conselhos (Deliberativo, Técnico-científico e Fiscal) .....                   | 137        |
| • Diretoria Executiva, coordenadores de áreas e equipe técnica ...              | 138        |
| • Programas Cooperativos atuais / Sementes e mudas .....                        | 139        |
| • Documentação e Difusão Científica.....  | 142        |



*“O primeiro passo dado por algumas das indústrias brasileiras que utilizam a madeira como matéria-prima consistiu numa tomada de posição com vistas a conseguir melhores produtos através da melhoria do rendimento industrial. Nesse sentido, a matéria-prima seria o primeiro ponto a ser focalizado. Produzir mais, de melhor qualidade e a preços mais reduzidos, constituiria o desafio a ser enfrentado”.*


*“A natureza humana, entretanto, tende a se opor a mudanças e, desde que novas idéias signifiquem mudanças, sua aceitação requer esforços especiais. Para isso há que investigar, há que procurar novas técnicas e novos sistemas de trabalho”.*

*“Mas quem, se não a pesquisa cientificamente planejada e conduzida, poderia fornecer elementos para respostas convincentes? Como enfrentar a situação se, a esse respeito, não coubessem indagações?”*

**Prof. Helládio do Amaral Mello**

*fundador do IPEF- Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais*





O questionamento do Prof. Helládio, por si, justifica a criação e implantação do IPEF- Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, entidade que nasceu em 1968 sob a égide do poder criativo de mestres da engenharia agrônômica e do empenho concentrado de empresários que viram na parceria Universidade-empresa a estratégia lógica e necessária à solução dos sérios problemas nos quais estava imersa a Silvicultura Brasileira.

Se, por um lado, o crescimento econômico do Brasil pulsava, alavancando consigo um grande número de empreendimentos que precisavam da madeira como matéria-prima para o seu crescimento, por outro, faltava tecnologia capaz de fazer crescerem florestas para abastecer o consumo do emergente mercado que se apresentava fértil, inovador, destemido.

Enquanto o problema estava em obter a maior quantidade possível de madeira, no menor espaço de tempo, ao menor custo e qualidade adequada ao seu uso final, a solução, obviamente, se traduzia em vislumbrar, promover e apontar caminhos, tendo-se por base a realização de

estudos e pesquisas que respaldassem cientificamente as decisões de grupos empresariais que compunham o setor florestal brasileiro.

Justamente neste contexto, surge o IPEF. Primeiro organismo do gênero criado no Brasil e na América Latina, ele não apenas fez história. No auge de seus 40 anos, o IPEF colaborou para a transformação da história da Silvicultura Brasileira, consolidando-se como referência nacional, sendo considerado um dos grandes responsáveis pela criação das mais sofisticadas técnicas para melhoria da qualidade e produtividade das florestas.

A seguir, um pouco da história do IPEF, contada a partir das atas da Entidade, relatórios técnicos e anuais, publicações diversas e depoimentos que traduzem, parcialmente, a grandiosidade e importância dos Programas implantados com o mérito de superar problemas e apresentar soluções viáveis que, compartilhadas, vêm se transformando em instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento do setor florestal, com reflexos diretos na própria economia brasileira.





*Helládio do Amaral Mello em aula prática de viveiro florestal ministrada por ele em 1958, quando era assistente da Cadeira de Horticultura da Esalq*



# Década de 1960...



## O surgimento do IPEF

O desafio de reconstrução após a II Guerra Mundial transformou a década de 60 num período de otimismo e progresso, repleto de esperança de um mundo novo e melhor. No Brasil, após uma fase inicial recessiva de ajuste e reorganização do sistema financeiro, a recuperação da capacidade fiscal do Estado e a maior estabilidade monetária começaram a se estabelecer em 1968, quando o país experimentou um período de forte expansão econômica.

Era o "milagre econômico", denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar, especialmente entre 1969 e 1973. Todas as áreas que impulsionavam o crescimento foram beneficiadas, inclusive o setor florestal, que passou a adquirir personalidade dentro do contexto agrário em função da grande demanda de madeira para futuros projetos industriais.

A Engenharia Florestal, como carreira, era recém-descoberta no país e as indústrias de base florestal começavam a se consolidar. Até 1966, por exemplo, o Brasil mantinha cerca de 400 mil hectares de área plantada, extensão que saltou para três milhões de hectares nas décadas seguintes.

O rápido crescimento do setor fez com que as

empresas consumidoras de madeira atendessem ao Código Florestal Brasileiro criado no ano anterior, 1965, mantendo florestas para atender o próprio consumo. O governo, por sua vez, respaldava a decisão por meio da política de incentivos fiscais para quem plantasse florestas.



*No destaque, exploração florestal em 1950, processo utilizado para abrir espaço para a lavoura*



Instituída em 1966, a Lei 5.106 permitia a dedução de Imposto de Renda para investimentos em projetos de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A iniciativa propiciou a expansão dos maciços florestais de espécies exóticas no Brasil, especialmente o pinus e o eucalipto, sem que as empresas sentissem, de pronto, o peso dos investimentos que, duas décadas depois, transformariam o Brasil no maior produtor de celulose de fibras curtas de eucalipto do mundo.

Como conseqüência imediata, houve um aumento substancial na demanda de sementes dessas espécies para o plantio que, colhidas de forma maciça, provocaram queda na sua qualidade genética e fisiológica. Faltava tecnologia e o reflorestamento teve início em meio a inúmeras falhas nas fases de implantação, manejo e exploração, em decorrência da falta de informações, de profissionais especializados, ausência de equipamentos apropriados e sementes melhoradas.

Paradoxalmente, o cenário no qual o setor florestal brasileiro se desenvolvia parecia próspero e desolador. O conhecimento sobre o cultivo de plantas de rápido crescimento- característica das florestas plantadas- era mínimo e não havia programas conservacionistas e de melhoramento.

A situação preocupante chamou a atenção de um grupo de professores da Cadeira de Silvicultura da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), na cidade de Piracicaba-SP. Liderados pelo Prof. Helládio do Amaral Mello, esses professores se uniram a empresários em busca

de respostas científicas para os problemas que cerceavam o desenvolvimento do setor.

O engenheiro agrônomo Antônio Sebastião Rensi Coelho que, no final de 1960, assumiu a área florestal da empresa Duratex, em Jundiaí, lembra que, naquela época, havia disponível para colheita imediata uma extraordinária reserva de madeira de eucalipto em ponto de corte na região, fruto do excelente trabalho de fomento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Ele revela, inclusive, que boa parte das florestas paulistas foi queimada como lenha nas caldeiras das locomotivas da Companhia, quando elas começaram a transitar pelo Estado de São Paulo. A própria Paulista, entretanto, estava atenta ao impacto de suas atividades e, em 1916, deu início à comercialização de sementes de eucalipto, que o cientista Edmundo Navarro de Andrade, pioneiro nas atividades de reflorestamento e preservação florestal no Brasil, demonstrara ser a única espécie capaz de atender a frenética demanda do transporte ferroviário.

No início da década de 60, sobrava madeira e faltavam os avanços tecnológicos, uma vez que as técnicas florestais não haviam acompanhado, na sua totalidade, as técnicas agrícolas. Jundiaí, entretanto, primava pela existência de viveiros para a produção de mudas de boa qualidade para a época e a cidade era, então, considerada uma boa fonte de produção de mudas de eucaliptos, os "pelotinhos", como eram chamados.

Aliás, a história da floresta plantada da Paulista nasceu em Jundiaí, no bairro do Horto, seguindo depois o percur-





*Aspectos de uma serraria no interior de São Paulo, na década de 50*



so traçado pela própria estrada de ferro. Ao longo de toda a extensão, as espécies *Eucalyptus saligna* e *E. tereticornis* reinavam absolutas, detentoras de madeira densa, propícia à produção de energia e construção dos dormentes dos trilhos para locomotivas.

Relatos de Rensi Coelho revelam que a Companhia Paulista fez um trabalho extraordinário ao plantar uma grande quantidade de espécies, produzindo maciços devidamente isolados. Jundiaí passou, então, a ser um centro de produção de mudas de eucalipto, transportadas em caixinhas que facilitavam seu trânsito pela estrada de ferro.

As sementes, na sua maioria, tinham origem nas reservas da própria Paulista, com destaque para o Horto de Rio Claro, onde alguns técnicos já desenvolviam um trabalho pioneiro. Apesar dos cuidados iniciais na separação e isolamento das espécies introduzidas, a possibilidade dos cruzamentos naturais e a demanda crescente levaram os híbridos a se espalharem pelas áreas reflorestadas.

Rensi recorda com satisfação o que ocorreu com o *Eucalyptus alba*, confirmando o apelido que técnicos e especialistas acabaram usando para identificá-lo como "*E. salalba*", espécie que sobressaiu de uma extraordinária seleção natural; "só nossa", como faz questão de observar.

Os trabalhos da Paulista popularizaram também o "torrão paulista", mérito do engenheiro agrônomo Asdrubal Silveira Alves, que melhorou e incentivou o seu uso, ajustando e racionalizando as toscas máquinas de uso manual. A técnica era simples, quase caseira, e consistia num modelo de prismas hexagonais preenchidos com uma mis-



*Pomar de sementes de eucalipto por enxertia*



tura de argila, areia e matéria orgânica, prensada manualmente por uma alavanca. A vantagem em se utilizar o torrão estava na obtenção de uma embalagem padronizada, mesmo diante das pequenas variações, determinadas em partes pelas características próprias do operador, hora mais jovem, hora mais forte.

Com a adaptação, os "pelotinhos" podiam, então, ser transferidos para os torrões paulista, onde permaneciam no período de desenvolvimento e aclimatação, com manejo melhorado que garantia maior sucesso de sobrevivência e qualidade das mudas no campo. Um sucesso na época.

No início da década de 60, os grandes projetos arquitetônicos em prática no país, entre eles, a construção da capital do Brasil, Brasília, fez com que a pequena e ainda incipiente quantidade de madeira existente sumisse rápida e repentinamente das fábricas.

O primeiro impacto, obviamente, foi o extraordinário desenvolvimento florestal. As espécies mais comuns eram o *Eucalyptus saligna*, *E. tereticornis*, *E. grandis*, *E. robusta* e *E. citriodora* que, mesmo algumas vezes sem pureza total, vicejavam pelo Estado em extensas florestas, algumas de alta produção para a época.

Rensi Coelho garante ter "nadado de braçadas" ao colher muitos maciços para abastecer a fábrica da Duratex nos municípios da região de Jundiá. A empresa, entretanto, precisava ampliar a produção de chapas e, assim, implantar novas, produtivas e uniformes florestas, processo que exigia material genético de comprovada qualidade.



Cada máquina de torrão paulista podia produzir até 3.000 unidades por dia



*Mudas de Pinus produzidas em sacos plásticos e encaixotadas para o transporte e posterior plantio*



*Canteiros de torrão paulista antes de receberem as mudas*



Como os profissionais do setor florestal, em sua maioria, vinham da área agrícola, foi imprescindível recorrer ao apoio científico da Esalq/USP para formação rápida e adequada de maciços florestais. Era 1962, quando a Congregação da Esalq aprovou o desdobramento da 12ª Cadeira em duas: a de Horticultura e a de Silvicultura, ato referendado em 8 de março daquele ano por decreto do governador do Estado, demonstrando o crescente interesse que o setor florestal adquiria.

As atividades da Cadeira de Silvicultura tiveram início em 1963 sob a coordenação do próprio Helládio do Amaral Mello, concursado para o cargo. O crescimento da Cadeira, porém, logo exigiu a contratação de dois professores assistentes: Ronaldo Algodoal Guedes Pereira e Antônio Paula Mendes Galvão. Pouco depois, o grupo somaria sete docentes, sendo um catedrático, quatro doutores e dois instrutores.

Quando se instalou no Estado de São Paulo, a Champion, hoje International Paper, já havia percebido a necessidade de respaldo científico ao processo de melhoramento genético que possibilitasse o plantio de eucalipto e pinus. A decisão foi recorrer ao Prof. Helládio, que na época defendia tese sobre fertilização por meio de experimentos instalados num dos hortos da própria empresa. O mesmo ocorreu com a Suzano, na época Indústrias de Papel Leon Feffer.

O contato com a Duratex se estabeleceu em 1961, quando Rensi Coelho encomendou ao "Mestre"- apelido carinhoso, testes em pelo menos quatro espécies com dois espaçamentos para o corte da madeira aos 5, 7, 9 e 11 anos de idade. A idéia era identificar qual o período mais adequado ao

plantio e qual o volume de madeira produzido pelas diferentes espécies. Mas a empresa queria que o experimento se estabelecesse numa extensa área, capaz de oferecer um grande volume de madeira.



*Em primeiro plano, de costas, o Prof. Helládio em aula de preparo de canteiro de semeadura, em 1958*

Do ponto vista de modelos estatísticos experimentais, a solicitação da Duratex fugia à regra e a empresa, então, desenvolveu um trabalho de fomento que resultou no plantio de 17 mil hectares de mudas, extensão que se somou aos 46 milhões de mudas mantidas pela Companhia Paulista em Jundiáí.



Uma das primeiras iniciativas em busca de respostas aos problemas que confrontavam o setor florestal consistiu na criação, em 1966, de um setor de sementes florestais na Esalq, unidade implantada com a missão estratégica de produzir sementes melhoradas, estudar as espécies/procedências e o manejo silvicultural em novas áreas de reflorestamento. As bases das pesquisas apoiavam-se em plantações florestais de materiais genéticos provenientes de Rio Claro.

A criação do setor de sementes parece ter sido o início de uma interação positiva entre Universidade e empresas florestais como alternativa para subsidiar a pesquisa. O empresário fornecia recurso material e financeiro, e a Universidade, recursos humanos e conhecimento científico. Datam dessa época os primeiros estudos de melhoramento de espécies florestais, com coletas de sementes em árvores matrizes de boa qualidade.

Na prática, o resultado do trabalho de pesquisa que Helládio do Amaral Mello vinha coordenando dentro da Champion, da Suzano e da Duratex conquistou a confiança de outras empresas e, desta forma, foi mais fácil expor os benefícios da

iniciativa, atraindo como aliadas também a Olinkraft, a Madeirit e a Rigesa. A iniciativa era inédita na América Latina e consolidava, ainda que de forma incipiente, o primeiro modelo de integração Universidade-empresa do país.

A dinâmica desta relação, entretanto, havia começado antes, em meados de 1960, quando Helládio do Amaral Mello, então catedrático da Cadeira de Silvicultura da Esalq, obteve uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller para aperfeiçoar seus conhecimentos na Escola de Florestas da North Carolina State University. Lá, ele conheceu o professor Bruce Zobel, Ph.D, especialista em melhoramento vegetal, passando a acompanhá-lo em suas visitas a empresas da região.

Observando como funcionava o programa de cooperação entre a Universidade e o meio de produção para realização de pesquisa no setor florestal americano,

o Prof. Helládio retornou ao Brasil convencido a instituir programa semelhante no país. Ao chegar, liderou a equipe de empresários e pesquisadores que, em 23 de novembro de 1967, se reuniu em Piracicaba para definir as bases de criação de um Fundo de Pesquisa Florestal.



*Em aula prática, Prof. Helládio (2º da dir. para a esq.) acompanha alunos durante visita técnica ao Horto Florestal de Rio Claro, onde conhecem detalhes do trabalho pioneiro de melhoramento de eucaliptos*



O encontro foi promissor e reuniu o próprio Helládio do Amaral Mello; Antônio Sebastião Rensi Coelho e Laerte Setúbal Filho, da Duratex S/A Indústria e Comércio; James Amos, da Olinkraft Celulose e Papel Ltda.; Rúben de Mello, das Indústrias Madeirit S/A; Fernando Ribeiro, da Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda.; Francisco Bertolani, da Cia. Agroflorestal Monte Alegre; Locke Craig, Asdrúbal Alves e Jayme Mascarenhas Sobrinho, da Champion Celulose S/A.

A pauta de discussões teve por base o documento apresentado no mês anterior, relatando a crescente demanda por matéria-prima de origem florestal, realidade que exigiria amplo planejamento da política brasileira, processo que deveria ser perseguido a longo prazo.

Era evidente já naquela época que a reposição das matas nativas sacrificadas durante anos e a conservação daquelas ainda existentes só poderiam ser feitas através de investigações científicas, visando à obtenção de produtos tecnológicos capazes de substituir as madeiras de uso tradicional. Ou seja, a alternativa estava em cultivar florestas para exploração da madeira que abasteceria o mercado.

Convictos da potencialidade da nova dinâmica de trabalho que começava a se delinear, o grupo encerrou o encontro sabendo exatamente o que queria: trabalho de pesquisa em conjunto para obtenção de material genético de qualidade e técnicas de implantação e manejo de florestas.

O documento elaborado durante o encontro não era extenso, mas enumerava com extrema objetividade os principais ser-

viços e atribuições do Fundo, constituído de forma a estabelecer uma estreita colaboração entre a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz- Esalq/USP e industriais que possuíssem terras e estivessem empenhados em programas de reflorestamento no Estado de São Paulo em outros estados brasileiros.

Estabelecida a parceria, primeiro passo para a criação de um programa de melhoramento florestal, coube ao Fundo reunir Universidade e empresas para a elaboração de projetos de pesquisas e orientações técnicas para sua execução. Também constava da estratégia o planejamento estatístico, a análise dos resultados de trabalhos, a supervisão dos trabalhos de publicações e oferecimento de cursos regulares e cursos de férias.

A iniciativa conquistou respaldo imediato da Cadeira de Silvicultura da Esalq que, atenta às idéias visionárias de Helládio do Amaral Mello, passou a oferecer apoio técnico à nova entidade por meio de um grupo formado por sete professores e dois auxiliares de laboratório.

Assim, coube a Cadeira de Silvicultura a responsabilidade técnica e científica dos programas desenvolvidos através do Fundo. Todos, baseados nas necessidades presentes das empresas e respaldados pelo conhecimento científico proporcionado pela Universidade, que divulgaria os resultados a todos os participantes.

O apoio da Universidade se deu também por meio de suas instalações físicas, como os laboratórios de celulose e papel, anatomia, química da madeira, testes mecânicos e físicos de madeira e usina de preservação de madeira. Todo o proces-



23 de novembro de 1967.

ATA DA REUNIÃO CONVOCADA PARA DISCUTIR AS BASES  
PARA A CRIAÇÃO DO FUNDO DE PESQUISA FLORESTAL

Presentes: Dr. Heládio Amaral Mello - Catedrático da Cadeira de  
Silvicultura - ESALQ, USP  
Sr. Antônio Rensi Coelho - Duratex S.A. Ind. e Com.  
Dr. Laerte Setúbal Filho - Duratex S.A. Ind. e Com.  
Sr. James Amos - Olinkraft Celulose e Papel  
Ltda.  
Dr. Ruben de Mello - Indústrias Madeirit S.A.  
Sr. Fernando Ribeiro - Rigesa - Cel., Papel e Em-  
balagens Ltda.  
Sr. Francisco Bertolani - Cia. Agro-Florestal Monte  
Alegre  
Sr. Locke Craig - Champion Celulose S.A.  
Dr. Adrubal S. Alves - Champion Celulose S.A.  
Sr. Jayme Mascarenhas  
Sobrinho - Champion Celulose S.A.

Abriu a reunião o Sr. Locke Craig, dizendo que a finalidade da mesma já era do conhecimento dos presentes, pois haviam participado de uma visita à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", quando foram mantidas conversações sobre a criação de um FUNDO DE PESQUISA FLORESTAL. Passou a palavra ao Dr. Heládio Amaral Mello, que agradeceu a visita à Piracicaba e a oportunidade de dessa reunião.

Numa ligeira introdução, discorreu o Dr. Heládio sobre os benefícios que adviriam da criação de um Fundo (ou Sociedade) de Pesquisa Florestal, a ser conatituído em estreita colaboração entre a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e os industriais diretamente ligados ao reflorestamento em nosso Estado. Em seguida, passou a ler, para discussão, a circular que delinea os objetivos participação e administração desse Fundo de Pesquisa.

3. OBJETIVOS

- 3.1 Das pesquisas
  - 3.1.1 Importação de sementes selecionadas de espécies promissoras ou já adaptadas.
  - 3.1.2. Introdução de novas espécies.
  - 3.1.3. Produção de sementes selecionadas através da formação de "pomares de sementes".
  - 3.1.4. Testes de progêniea e enxertia.
  - 3.1.5. Cultivo e manejo florestal de espécies nativas.
  - 3.1.6. Estudos de produção de mudas.
  - 3.1.7. Estudos de espaçamento.
  - 3.1.8. Estudos de fertilização.
  - 3.1.9. Estudo de época e periodicidade de cortes.

*Ata lavrada em 23 de novembro de 1967 para instituição de um Fundo de Pesquisa Florestal*



so de pesquisa contaria ainda com uma estufa para secagem controlada de madeira e biblioteca especializada, além da colaboração das demais Cadeiras da Escola, como as de Estatística, Solos, Química Agrícola, Entomologia e Fitopatologia.

As indústrias, por sua vez, participariam do Fundo, contribuindo anualmente com recursos financeiros necessários à execução dos projetos aprovados. A verba também era utilizada para aquisição de materiais, contratação de estagiários e técnicos de laboratório e custeio de viagens técnicas. As empresas participavam, ainda, contribuindo com materiais diversos, como adubos, sementes e mudas, e cessão temporária de área de terra para instalação de experimentos.

Para organizar e acompanhar todos esses procedimentos, a administração do Fundo ficou a cargo de um Conse-

lho Administrativo, constituído por um elemento de cada indústria participante e por dois membros da Cadeira de Silvicultura da Esalq: o professor catedrático, que assumiria a direção científica, e um professor assistente. O conselho também elegeria entre seus membros um diretor presidente, um diretor tesoureiro e um diretor secretário.

Constituído, caberia ao Conselho Administrativo do Fundo a definição do programa geral de trabalho; análise e aprovação dos projetos apresentados pelos conselheiros; a administração dos recursos; detalhamento do orçamento anual e o estabelecimento de contato com organismos nacionais e internacionais interessados em complementar financeiramente os recursos da nova entidade, que tinha como sede algumas salas cedidas pela Cadeira de Silvicultura da Esalq.

*Viveiro da Champion (Mogi-Guaçu, SP) em 1968*





Para exercer suas funções, o Conselho Administrativo indicaria, ainda, um professor assistente para a Coordenação de Programas. Seria ele o responsável pela instalação dos experimentos programados; definição e análise de resultados dos planos dos trabalhos científicos; publicação dos trabalhos concluídos; prestação de contas ao Conselho Administrativo; elaboração do relatório anual dos trabalhos em andamento e concluídos; e coordenação das reuniões técnico-científicas e dos cursos de férias oferecidos pela Cadeira de Silvicultura da Esalq às indústrias participantes.

Na prática, o maior desafio do Fundo estava em dar forma a uma instituição capaz de integrar empresas, universidades, centros de pesquisa e instituições congêneres, mantendo-se como instrumento facilitador ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que garantissem produtividade e qualidade das florestas plantadas.

Logo após sua instituição, as prioridades na área da pesquisa científica voltaram-se à importação e produção de sementes selecionadas de espécies promissoras ou já adaptadas; introdução de novas espécies; formação de pomares de sementes; testes de progênes e enxertia e cultivo e manejo florestal das espécies nativas.

O Fundo se empenhava ainda na obtenção de informações e dados econômicos em todas as fases do manejo e exploração florestal; promoção de reuniões técnico-científicas nas indústrias participantes e na Esalq e, finalmente, colaboração na formação de pessoal técnico.

Desde o início, as propostas mostraram-se desafiadoras, exigindo da nova entidade uma estrutura técnico-administra-

tiva ainda mais complexa; tanto que, quatro meses depois de sua instituição, o Fundo cresceu, dando origem ao IPEF- Instituto de Estudos e Pesquisas Florestais.

A reunião ocorrida em 20 de dezembro de 1967 foi decisiva. Dezoito empresas convidadas marcaram presença, contribuindo com as discussões que culminaram na elaboração dos Estatutos Sociais do IPEF e sua constituição oficial. Naquela ocasião, a Champion e a Duratex renovaram seu apoio à iniciativa, mostrando-se dispostas a constituir o Instituto de Pesquisa, independente do número de empresas associadas.



*Início da instalação de um pomar clonal de Pinus caribaea em 1968*



A reunião que formalizou a fundação do novo Instituto, sociedade civil sem fins lucrativos, aconteceu logo depois, no dia 1º de abril de 1968, na Champion Celulose, em São Paulo, à Rua Líbero Badaró, 501. Pela Universidade, reuniram-se o próprio Helládio do Amaral Mello e os professores Ronaldo Algodual Guedes Pereira e Antônio Paulo Mendes Galvão. Representando as empresas, estavam Locke Craig, da Champion Celulose S/A; Rúben de Mello, das Indústrias Madeirit S/A; Laerte Setúbal Filho, da Duratex S/A Indústria e Comércio; Fernando de Abreu Ribeiro, da Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda., e Cláudio Cianflone, das Indústrias de Papel Leon Feffer.

A primeira Diretoria foi constituída por seus idealizadores. Era presidente, Locke Craig e vice-presidente, Rúben de Mello. Nos cargos de diretores executivos estavam Laerte Setúbal Filho e Cláudio Cianflone. Assumiu o cargo de diretor científico, Helládio do Amaral Mello.

Fernando de Abreu Ribeiro assumiu o Conselho de Administração, enquanto Jairo Cupertino (da Duratex S/A Indústria e Comércio), Hélio Magnani e John Russel Warren (ambos da Champion Celulose S/A) integravam o Conselho Fiscal.

Para suplentes do Conselho Fiscal foram eleitos Ronaldo Algodual Guedes Pereira, assistente da Cadeira de Silvicultura da Esalq; José Guilherme César de Andrade, diretor de relações

e mercado da Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda., e José Nemirovsky, diretor da Indústria de Papel Leon Feffer S/A.

Concluída a indicação dos membros da primeira Diretoria do IPEF, seus integrantes anteciparam os objetivos da reunião ocorrida oito meses depois, em dezembro de 1968, também na Champion Celulose, em São Paulo, onde se discutiu e aprovou a minuta do Estatuto do IPEF, preparada pelo Departamento Legal da Duratex. A ata de sua constituição está inscrita no Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba (2ª Circunscrição).

A logomarca do Instituto, inicialmente caracterizada por um microscópio e por uma folha, também nasceu dentro da empresa, nas pranchetas de desenho de José Rivelli Neto, sob o comando de Laerte Setúbal Filho.

Logo após a fundação do novo Instituto, as pesquisas começaram a ser desenvolvidas, tendo em vista resultados compartilhados, já que outra função do IPEF era, justamente, provocar interatividade entre as empresas em torno de assuntos de interesses mútuos, numa ação catalítica que aumentasse a eficácia e diminuísse o prazo de maturação dos resultados, reduzindo custos. Uma rede de projetos de pesquisas experimentais foi, então, implantada para determinar a forma mais apropriada de preparar, fertili-



*Símbolo da pesquisa florestal, a primeira logomarca do IPEF trazia uma folha de árvore vista sob o microscópio*



ATA DE CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO  
DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS

A 19 de Abril de 1968, às 14 horas, na Capital do Estado de São Paulo, à rua Líbero Badaró, nº 501, 9º andar, reuniram-se as seguintes Sociedades interessadas na fundação do IPEF Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, a saber: a) Champion Celulose S/A, com sede em Mogi-Guaçu, neste Estado, representada pelo sr. Locke Craig, norte-americano, casado, industrial, residente e domiciliado em Campinas, neste Estado, à rua Joaquim J. Pinto nº 116; b) Duratex S/A Indústria e Comércio, com sede em São Paulo, à rua Boa Vista nº 176, 8º andar, representada pelo Dr. Laerte Setubal Filho, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, à rua São Luiz nº 856; c) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, de Piracicaba, representada pelo Dr. Helládio do Amaral Mello, brasileiro, casado, professor universitário, residente e domiciliado em Piracicaba, neste Estado, à Avenida dos Operários nº 505; d) Rigesa - Celulose, Papel e Embalagens Ltda., com sede em Valinhos, neste Estado, representada pelo Dr. Fernando de Abreu Ribeiro, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Campinas, à rua Antônio Lapa nº 214; e) Indústria de Papel Leon Feffer S/A, com sede em São Paulo, à Avenida Presidente Wilson nº 4070, representada pelo Dr. Cláudio Cianflone, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta Capital, à Avenida 9 de Julho, nº 5193, aptº 52; e f) Indústrias Madeiras S/A, com sede nesta Capital, à rua Xavier de Toledo nº 264 - 10º andar, representada pelo Dr. Ruben de Mello, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, à rua Jerônimo da Veiga - nº 225.

Foi aclamado para presidir à reunião o sr. Locke Craig, representante da Champion Celulose S/A, que convidou para servir como secretário o Dr. Laerte Setubal Filho, representante da Duratex S/A - Indústria e Comércio.

Assim constituída a mesa, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos quantos a esta compareceram para verem constituído o IPEF - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o projeto dos Estatutos Sociais da Entidade, os quais, aprovados pela unanimidade dos presentes, devidamente assinados por todos, ficam fazendo parte integrante desta, consoante exemplares anexos.

Prosseguindo, o sr. Presidente solicitou aos associados que elegessem o Conselho de Administração, o qual dirigirá os destinos da Sociedade até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária a ter lugar no mês de março de 1969, assim como os membros do Conselho Fiscal, para igual período. Apurados os votos resultaram eleitos para o Conselho de Administração os seguintes, já qualificados acima: a) Sr. Locke Craig; b) Dr. Laerte Setubal Filho; c) Dr. Helládio do Amaral Mello; d) Fernando de Abreu Ribeiro; e) Dr. Cláudio Cianflone; e f) Dr. Ruben de Mello. Os membros eleitos para o Conselho de Administração escolheram, a seguir, o Sr. Locke Craig para o cargo de Presidente e o Dr. Ruben de Mello para o de Vice-Presidente. Para membros efetivos do Conselho Fiscal foram eleitos os seguintes: Dr. Jairo Cupertino

./.

- 2 -

brasileiro, casado, engenheiro mecânico eletricista, residente e domiciliado nesta Capital, à rua Michigan nº 112, Diretor Industrial da Duratex S/A Indústria e Comércio; Sr. John Russel Warren brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, à rua França nº 336, Diretor de Vendas da Champion Celulose S/A; e Dr. Helios Magnanini, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, à rua Poconé nº 526. Para suplentes do Conselho Fiscal foram eleitos os seguintes: Sr. Ronaldo Algodal Guedes Pereira, brasileiro, casado, Assistente da Cadeira de Silvicultura da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, residente e domiciliado na cidade de Piracicaba; Sr. José Guilherme César de Andrade, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Campinas, à rua Carlos Kayser nº 34, Diretor de Relações e Mercado da Rigesa - Celulose, Papel e Embalagens Ltda.; e Dr. José Semirovsky, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital, à rua Piauí nº 496 - 8º andar Diretor-Secretário da Indústria de Papel Leon Feffer S/A.

Finalmente, os presentes autorizaram o Sr. Presidente a proceder ao registro desta ata e dos Estatutos Sociais, anexos, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em Piracicaba, a fim de ficar legalmente constituída a Sociedade. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou aos representantes das Entidades associadas que subscrevessem a presente ata.

São Paulo, 19 de abril de 1968.

*Locke Craig*  
Locke Craig

*Laerte Setubal Filho*  
Laerte Setubal Filho

*Helládio do Amaral Mello*  
Helládio do Amaral Mello

*Fernando de Abreu Ribeiro*  
Fernando de Abreu Ribeiro

*Cláudio Cianflone*  
Cláudio Cianflone

*Ruben de Mello*  
Ruben de Mello





zar, plantar e irrigar o solo, a fim de melhorar a produção das florestas, determinar as espécies mais adequadas e compreender a relação entre os genótipos e o meio ambiente.

No início da história do IPEF, os trabalhos científicos eram basicamente desenvolvidos nas áreas de melhoramento e silvicultura. O Setor de Melhoramento cuidava da produção de sementes melhoradas por meio de formação de pomares e, em segundo plano, utilizava materiais puros para obter homogeneidade e produtividade de espécies.

O Setor de Silvicultura, por sua vez, promovia experimentos com fertilizantes e preparava o solo para plantio, cuidando

de detalhes como o espaçamento entre as mudas e o processo de fertilidade conjugada. Foi assim que o IPEF deu início ao que mais tarde se revelaria um profícuo e amplo processo de integração universidade-empresa no setor florestal.

De um lado, a Universidade, atuando como geradora das pesquisas que, por sua vez, proporcionariam estágio nas empresas para alunos, oferecimento de bolsas de estudo e o estabelecimento de intercâmbios com outras Universidades; do outro, as empresas associadas ao IPEF, como financiadoras e consumidoras do material científico produzido, numa relação simbiótica que evitava a dispersão de esforços nos projetos de pesquisas desenvolvidos em conjunto.

Para que esse resultado começasse a surtir efeito, o IPEF precisou, antes, visitar diversas empresas do setor para conseguir adesões ao novo programa. Muitas resistências foram enfrentadas no começo por parte de empresas que, inicialmente, apresentavam-se "zelosas dos seus segredos", até perceberem que o conhecimento sobre as florestas ainda eram insuficientes e trilhar o caminho das investigações científicas por conta própria poderia ser bastante oneroso. Para este trabalho foram fundamentais o empenho e a dedicação do Prof. Ronaldo Algodoal Guedes Pereira, braço direito do Prof. Helládio nos primeiros passos do IPEF.

O esforço valeu a pena e as empresas começaram a perceber que, definitivamente, seria muito mais fácil centralizar e compartilhar os experimentos. Isso porque o sistema cooperativo estabelecido fixava contribuições mensais das indústrias, dando-lhes em contrapartida o direito de representação no Conselho Administrativo do Instituto e utilização dos ser-

*Ronaldo Algodoal Guedes Pereira  
(à dir.) recebe os cumprimentos  
do Prof. Helládio*







*Alunos aplicam conceitos de Dendrometria para mensuração de árvores*



viços de assistência contínuos, remunerando apenas os serviços específicos necessários. Este tipo de relação mostrou-se vantajoso para as indústrias, que arcariam com um custo extremamente oneroso, caso partissem para a criação de uma assessoria própria de pesquisa científica e tecnológica.

Além disso, o modelo instalado via IPEF combatia a crítica comum de que as prioridades de trabalho de institutos de pesquisa distanciavam-se da realidade das empresas eventualmente interessadas em sua produção científica. Desta forma, desde sua implantação, o sistema cooperativo permitia fácil acesso a um grupo variado de especialistas da Universidade para dirimir dúvidas e resolver os inúmeros problemas enfrentados pelas indústrias de base florestal que começavam a se instalar no país.

Alguns desses problemas só foram passíveis de solução graças ao convênio firmado com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro para início de um amplo programa de coleta e produção de sementes de diferentes espécies de eucaliptos. Naquela época, o país tinha como materiais genéticos mais importantes apenas o *Eucalyptus saligna*, o *E. urophylla*, o *E. citriodora*, o *E. grandis* e o *E. viminalis*.

A limitação de espécies levou as empresas Champion e Duratex a patrocinarem, no ano seguinte, a vinda ao Brasil do professor australiano Linday D. Pryor, da Universidade de Canberra, na Austrália. Considerado um dos maiores especialistas no assunto, ele observou que o alto grau de hibridação das sementes então produzidas ocasionava grande variabilidade nas florestas.

A orientação era para que as empresas passassem a buscar, nas regiões de origem, como a Austrália por exemplo, novas espécies de eucaliptos, mais adequadas à indústria de celulose e chapas de fibra.

A iniciativa foi um sucesso. O resultado apontou não apenas para o aumento da produtividade e intensificação dos estudos de espécies de folhosas e de coníferas, como viabilizou também a parceria firmada com o IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal para criação de programa federal, visando à seleção de espécies e procedência.

A relação universidade-empresa, entretanto, nem sempre se estabeleceu com a mesma agilidade. O próprio Helládio do Amaral Mello revela que *"a criação do IPEF foi cercada de certa descrença por parte de empresas não associadas que não vislumbavam, a curto prazo, o desenvolvimento e progresso do setor florestal brasileiro, mesmo diante da objetividade e tecnificação científica dos pesquisadores da USP"*.

Questionado sobre o que o teria levado, então, a acreditar que o encontro entre a ciência da Universidade e a tecnologia empresarial traria benefícios para o ensino, para a pesquisa e, daí, para a sociedade brasileira como um todo, ele foi enfático ao afirmar que *"o plano de reunir a Universidade e empresas em um programa de pesquisas e prestação de serviços, decorreu do reconhecimento das possibilidades do setor florestal brasileiro no desenvolvimento sócio-econômico do país"*.



Mesmo diante das dificuldades iniciais, a interação entre a Universidade e um grupo ainda pequeno de empresários que aderiu ao IPEF surgiu de maneira tão intensa e espontânea que, na sua tese para o concurso de professor catedrático, Helládio do Amaral Mello registrou seus agradecimentos *"à Champion Celulose, nas pessoas do Sr. Locke Craig e dos engenheiros Asdrúbal Silveira Alves e Jayme Mascarenhas Sobrinho, do Departamento Florestal, por terem propiciado terras, adubos, mudas, funcionários e elementos materiais do Horto Santa Terezinha. Segundo ele, "a execução material dos trabalhos iniciais teria sido impossível não houvesse a Champion Celulose proporcionado aquelas facilidades"*.

O resultado de tantos esforços e dificuldades aponta para uma constatação clássica: primeiro organismo do gênero criado no Brasil e na América Latina, o IPEF tem sido responsável pela criação das mais sofisticadas técnicas para melhoria da qualidade e produtividade das florestas.

Seu exemplo foi tão promissor e seu sistema organizacional tão eficiente que, com o passar do tempo, outros cursos ligados à Engenharia Florestal no Brasil envidaram esforços semelhantes e entidades congêneres foram criadas para atender, principalmente, a demandas regionais. São exemplos a Fundação de Pesquisas Florestais (FUPEF), instituída em 1971, junto à Universidade Federal do Paraná-PR; a Sociedade de Investigações Florestais (SIF), em 1973, junto à Universidade Federal de Viçosa-MG; o Centro de Pesquisas Florestais (CEPEF), em 1986, junto à Universidade Federal de Santa Maria-RS, e o Centro de Estudos em Recursos Naturais Renová-

veis (CERNE), instalado em 1993, junto à Universidade Federal de Lavras-MG.

Como o IPEF, esses organismos também se constituem agentes de integração para operar na interface entre as empresas e as Universidades, atendendo demandas emergentes ou induzindo a geração de pesquisas. O desafio primordial também está na articulação para que os estudos básicos sejam desenvolvidos por instituições especializadas e em Universidades de forma cooperativa, com a contribuição ou financiamento das empresas.

Na avaliação do engenheiro agrônomo Antônio Sebastião Rensi Coelho, que acompanhou de perto todo o processo de criação do IPEF, o *"Instituto passou a ser referência, estrela guia, tanto na busca e solução tecnológica, quanto na preparação profissional"*.

Para confirmar sua tese e a importância do IPEF desde sua criação, ele cita a viagem que fez ao lado do Prof. Ronaldo Guedes Pereira à Austrália e à África do Sul, em busca de material genético para o plantio de florestas no Brasil. Ele recorda que, ao adentrarem o escritório do chefe do Serviço Florestal Australiano, John Turnaboul, foram recebidos com o primeiro número da revista do IPEF, *"plantado e só na sua mesa de trabalho, como forma de aplauso à feliz iniciativa"*.

Segundo ele, a reverência, obviamente, se deu devido à diferença em relação ao modelo americano, que serviu de parâmetro para a criação de um Instituto genuinamente brasileiro. Ou seja, enquanto nos Estados Unidos as empresas assumem uma posição estática, no Brasil a relação de envolvimento entre universidade e empresas é pró-ativa, uma vez



que ambas as partes trazem suas contribuições. Em outros países, ao contrário, a empresa encomenda o trabalho e simplesmente aguarda o resultado. Se der certo, ela paga pelos serviços, num relacionamento distante, sem a interação e o sinergismo observados no modelo formatado pelo IPEF.

Uma característica intrínseca ao IPEF em sua fase inicial de implantação, entretanto, parece ter sido a completa dependência intelectual dos empresários em relação ao que se pesquisava na Universidade; tanto que as primeiras atas do Instituto revelam que as reuniões da Dire-

toria eram mensais, para que o início e seqüência de todos os trabalhos fossem discutidos criteriosamente e detalhadamente junto ao corpo docente da Esalq.

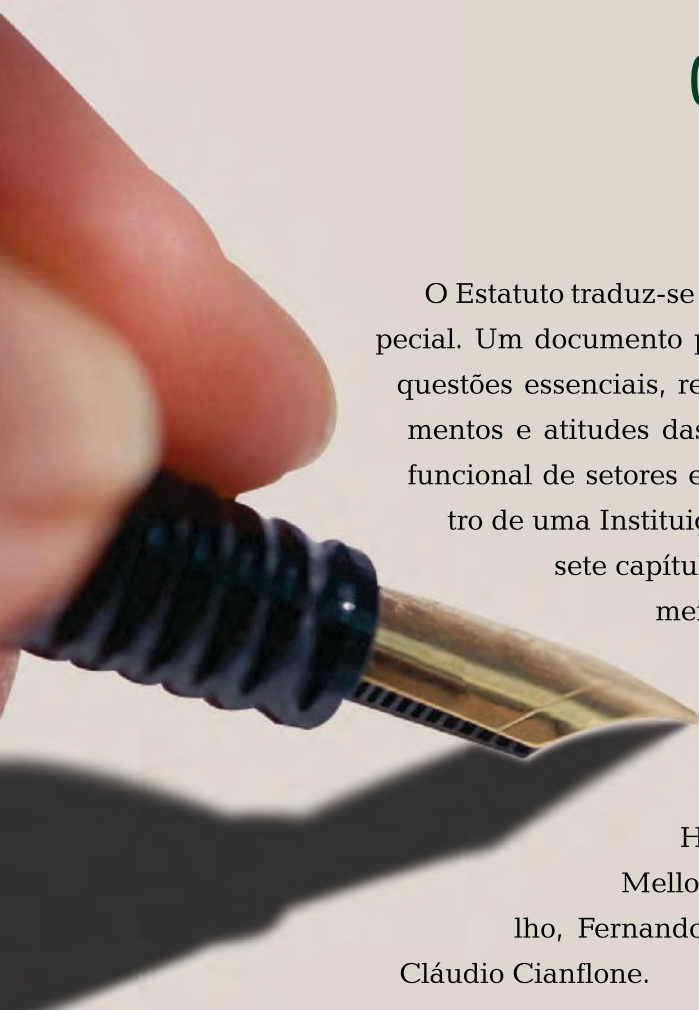
A história revela, porém, que, ao longo dos anos, esse nível de relacionamento sofreu profundas alterações e, hoje, a análise de todos os programas e projetos do IPEF passam por um amplo debate de idéias por parte de professores, pesquisadores, engenheiros e técnicos das empresas. Tudo, embasado nos conceitos e diretrizes definidos pelos Estatutos que regem o funcionamento do Instituto.

*Seleção de coníferas de origem mexicana cujas sementes foram colhidas pela Universidade da Carolina do Norte, sob a coordenação do Prof. Bruce Zobel*





## O primeiro Estatuto do IPEF



O Estatuto traduz-se num regulamento especial. Um documento pelo qual se regulam questões essenciais, referentes a comportamentos e atitudes das pessoas e estrutura funcional de setores e departamentos dentro de uma Instituição. No caso do IPEF, sete capítulos compõem seu primeiro Estatuto, datado de 30 de maio de 1968 e assinado por Locke Craig, Rúben de Mello, Helládio do Amaral Mello, Laerte Setúbal Filho, Fernando de Abreu Ribeiro e Cláudio Cianflone.

O Capítulo I dispõe da denominação, sede, duração e finalidade do IPEF, denominado Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, constituído em forma de sociedade civil sem fins lucrativos.

A sociedade que, desde o início, teve sede na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz podendo, entretanto, esta-

belecer departamentos regionais em qualquer ponto do território nacional, foi criada com prazo indeterminado de duração, “sendo vedado distribuir direta ou indiretamente lucros, bonificação ou vantagens a dirigentes mantenedores ou associados”.

Sua renda seria aplicada integralmente no país, na consecução de seus objetivos sociais, voltados à elaboração de pesquisas, estudos e análises relacionadas com o reflorestamento, florestamento e aproveitamento industrial de produtos florestais.

Para atingir esta finalidade, o Estatuto já previa em sua primeira versão a organização e manutenção de um ou mais centros de pesquisas com laboratório, biblioteca especializada e seções técnicas; promoção de congressos, seminários, conferências, cursos, relatórios e inquéritos; divulgação de trabalhos escritos de natureza técnica, como livros, revistas, jornais, folhetos e outras publicações; manutenção de intercâmbio com entidades de ensino e de pesquisas nacionais ou estrangeiras interessadas no assunto.

Também constava do Estatuto a celebração de convênio com a Universidade de São Paulo-USP de forma a garantir a participação da Cadeira de Silvicultura da Esalq em todos os processos de análises e pesquisas científicas desenvolvidos através do IPEF.



ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE

ART. 1º) - Sob a denominação de IPEF - INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS, fica constituída uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que se regerá pelas leis do país e por estes Estatutos.

ART. 2º) - A sociedade de Agricultura "Luiz de Queiroz", do Estado de São Paulo, podendo, em seus territórios regionais em qualquer ponto do território nacional.

ART. 3º) - O prazo de duração da sociedade é tempo indeterminado.

ART. 4º) - É vedado aos membros, administradores ou associados, e aos representantes no país, na consecução dos fins da sociedade.

ART. 5º) - É objeto da sociedade pesquisas, estudos e análises florestais e aproveitamentos florestais.

ART. 6º) - Para a consecução dos fins da sociedade:

- a) organizar e manter um laboratório, biblioteca e

- b) promover congressos, seminários, conferências, cursos e inquéritos;  
c) divulgar trabalhos escritos de natureza técnica, teses, artigos, revistas, jornais, folhetos e outras publicações;  
d) manter intercâmbio com entidades de ensino e de pesquisas nacionais ou estrangeiras interessadas no assunto.

Parágrafo Único - Para a consecução de seus fins, o IPEF celebrará convênio com a Universidade de São Paulo, para a criação da Cadeira de Silvicultura, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

-8-

ART. 33º) - O IPEF poderá ser dissolvido por assembleia geral extraordinária, especialmente convocada, desde que a deliberação seja tomada pela maioria absoluta da totalidade dos sócios que compõem o quadro social.

Parágrafo Único - Ocorrendo a extinção da sociedade seu patrimônio será transferido para a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.

ART. 34º) - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração.

30 MAI 1968

Luiz de Queiroz

Rubem de Vasconcelos

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

b. bianchi



CAPÍTULO II  
DO SOCIAL

- É ilimitado o número de sócios, todos os quais deverão participar do quadro social apenas pessoalmente.

Parágrafo Único - Cada sócio indicará por escrito, ao ingressar no quadro social, o nome de um sócio que deverá atuar junto ao IPEF.

Parágrafo Único - O ingresso no quadro social far-se-á mediante aprovação da Administração, ao qual compete, também, nomear os sócios.

Parágrafo Único - O sócio que atrasar o pagamento de suas quotas ficará suspenso do quadro social por todo o período superior a 6 (seis) meses, se não pagar.

Parágrafo Único - Não poderão ser eleitos para o quadro social os sócios que não estiverem em dia com as quotas, nem os membros do quadro social que não estiverem em dia com as quotas.

Parágrafo Único - Os membros do quadro social não responderão, solidária ou subsidiariamente, pelos compromissos contraídos pelo IPEF.



O Capítulo II, do Quadro Social, tornava ilimitado o número de sócios, todos contribuintes, podendo participar apenas pessoas jurídicas, cujo ingresso se daria por deliberação do Conselho de Administração, ao qual competia também decidir sobre a exclusão dos sócios. Só poderiam ser eleitos para o Conselho de Administração do IPEF, os sócios quites com os cofres sociais, à exceção do professor catedrático de Silvicultura da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, membro nato.

Já o Capítulo III, dedicado ao exercício social, renda e patrimônio, definia que a renda do IPEF seria constituída de contribuições periódicas dos associados, no montante e forma fixados pelo Conselho de Administração. Também comporiam a renda, auxílios, subvenções ou doações, espontaneamente concedidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público e a renda dos próprios bens e receita de serviços e publicações.

Os valores disponíveis seriam depositados em estabelecimentos bancários escolhidos pela Diretoria Executiva, que decidiria também sobre a conveniência e critério de aplicação dos valores disponíveis. A alienação de propriedade imóvel do IPEF, entretanto, seria possível apenas mediante autorização expressa da Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim.

O Capítulo IV, por sua vez, tratava da administração do IPEF, composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria e um Conselho Fiscal.

Inicialmente, o Conselho de Administração era composto por seis membros, com mandato de três anos, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com renovação anual pelo terço. A ele competiria traçar diretrizes e orientação das atividades do IPEF; escolher entre seus membros o presidente, o vice-presidente e a Diretoria Executiva; colaborar na ampliação do quadro social e na obtenção de recursos; contratar auditores para revisão da contabilidade e decidir sobre questões omissas.

O Conselho se reuniria pelo menos uma vez por semestre, por convocação do seu presidente, ou de metade de seus membros. Após a eleição, caberia ao Conselho escolher entre seus membros os componentes da Diretoria Executiva.

O Estatuto definia ainda a composição da Diretoria Executiva, integrada por dois diretores executivos e um diretor científico, sendo este obrigatoriamente o professor catedrático de Silvicultura da Esalq. Com reuniões mensais, as deliberações da Diretoria Executiva eram tomadas pela maioria, cabendo ao diretor escolhido para presidi-la o voto de desempate.

Competia à Diretoria convocar a Assembléia Geral; elaborar o Regimento Interno; propor alterações nos Estatutos; coordenar os programas e projetos em ação; decidir sobre aplicações de valores disponíveis; nomear os coordenadores, bem como contratar o secretário executivo e funcionários, fixando-lhes as remunerações e as tarefas





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO <sup>Nº 100-67</sup>  
**ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"**  
TELEFONES 3926 - DIRETOR - 3925 - SEC. ADMINISTRAÇÃO  
PBX - 3067 - 3068 E 3069 - CAIXA POSTAL - 9  
END. TELEGRÁFICO - 488ALQ  
PIRACICABA - ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria-  
For

Piracicaba, 27 de dezembro de 1968.

Magnífico Reitor:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Magnificência o incluso termo de convênio a ser firmado entre a ESALQ e o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), para a realização de pesquisas, estudos e análises relacionadas com o florestamento, o reflorestamento e aproveitamento industrial de produtos florestais.

O termo de convênio foi aprovado pelo Conselho Departamental e pela Congregação desta Escola.

Segue ainda em anexo uma cópia do estatuto social do IPEF.

Agradecendo a atenção que merecer o presente, renovo a Vossa Magnificência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

  
Prof. Eurípedes Malavolta  
Diretor

Anexos: 2

Ao Exmo. Sr. Prof. Hélio Lourenço de Oliveira, 131  
Magnífico Vice-Reitor em exercício da 120  
Universidade de São Paulo 00  
São Paulo.- E 26 A  
11

Ofício do diretor da  
Esalq para envio do  
primeiro termo de  
convênio com o IPEF



a serem executadas; executar as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração; colaborar na ampliação do quadro social e na obtenção de recursos; representar a entidade oficialmente e aprovar convênios de cooperação com entidades públicas ou privadas.

Aos coordenadores de programas caberia estudar, elaborar e submeter à Diretoria, programas de atividades e seus respectivos orçamentos; instalar, coordenar e dirigir grupos de trabalho ou grupos de estudos constituídos, propondo à Diretoria a remuneração de seus membros. Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, entretanto, não seriam remunerados.

Já o Capítulo V dispunha sobre o Conselho Fiscal, composto por três associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral como membros efetivos, e três como suplentes. Era prerrogativa do Conselho Fiscal, que se reuniria pelo menos uma vez a cada trimestre, examinar e fiscalizar todos os assuntos contábeis e patrimoniais, concedendo pareceres às contas da Diretoria Executiva e aos balanços.

O Capítulo VI, dedicado à Assembléia Geral do IPEF, definia reuniões obrigatórias no mês de março de cada ano para apreciação do relatório anual da Diretoria Executiva e eleição e posse do Conselho de Administração. As deliberações das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias seriam tomadas pela maioria absoluta dos votos presentes e teriam, inclusive, poderes para reformar os Estatutos Sociais em quaisquer de suas disposições. Seriam convoca-

das pela Diretoria Executiva, através de editais afixados na sede e publicados com antecedência mínima de seis dias no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal local de grande circulação.

O VII e último Capítulo do primeiro Estatuto do IPEF discorria sobre as disposições gerais e transitórias do Instituto, que poderia ser dissolvido por Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, desde que a deliberação fosse tomada pela maioria absoluta da totalidade de seus associados.

Neste caso, o patrimônio do Instituto seria transferido para a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo- USP.








*Aula sobre produção de mudas no final da década de 60*



# Homens que deram vida ao IPEF

A hand is shown from the bottom left, holding a single green leaf. The leaf is positioned in the upper left quadrant of the page. The background is a bright blue sky with scattered white clouds. In the bottom left corner, the top of a pine tree is visible. The overall composition is clean and focused on the leaf and the hand.

Logo após a instituição do IPEF, o próprio Helládio do Amaral Mello traduziu o empenho de pessoas as quais ele designou *“homens de visão, bem situados em suas organizações industriais, que tomaram a si a decisão de examinar o problema do setor florestal brasileiro”*.

Segundo ele, foi a partir desta iniciativa que *“ganhou corpo e expressão a idéia de um Instituto de Pesquisas que, reunindo cientistas e técnicos em assuntos florestais, pudesse contar com o suporte financeiro das indústrias para a realização de pesquisas científicas e estudos objetivos”*.

Realista, Helládio do Amaral Mello avaliou que o início de funcionamento do IPEF, entretanto, apresentou inúmeros desafios e dificuldades, advindos, muitas vezes, das *“decisões tomadas em níveis mais altos nas indústrias, onde transitavam por certos órgãos para alcançar os que deveriam colocá-las em execução”*.

O mestre sabia que *“aqueles que tinham sobre os ombros a execução desses programas, muitas vezes, se viam frente a sérias dificuldades por lhes faltar o amparo técnico necessário. Outras vezes, havia que mudar, que alterar sistemas de trabalho tradicionalmente seguidos”*.

Integram este grupo de “destemidos” o próprio Helládio do Amaral Mello, Laerte Setúbal Filho, Locke Craig, Fernando de Abreu Ribeiro, Cláudio Cianflone e Rúben de Mello, representantes das cinco empresas que, desde o início, acreditaram no IPEF, contribuindo para a sua implantação e crescimento.





## *Helládio do Amaral Mello*

Nasceu em Piracicaba-SP, em 18 de agosto de 1917. Estudou na Escola Normal de Piracicaba, hoje Instituto de Educação Sud Mennucci. Engenheiro agrônomo formado pela Esalq em 1943, teve sua carreira fortemente influenciada por Edmundo Navarro de Andrade, que conseguiu entender a problemática da madeira no Brasil e introduziu a plantação do eucalipto como solução para o abastecimento.

Sofreu forte influência também de seu avô, Vicente do Amaral Mello, fazendeiro em Rio das Pedras- SP, onde aliava a atividade econômica da cultura do café ao bem-estar dos funcionários e à permanente preocupação com a proteção dos recursos naturais.

Ingressando na Esalq, Helládio do Amaral Mello fazia parte de um grupo interessado nos estudos da natureza, com ênfase à floresta. De 1944 a 1951, trabalhou no Serviço Florestal de Estradas de Ferro de Goiás, em Araguari, onde recebeu a incumbência de reflorestar uma área recém-adquirida com eucaliptos destinados à fabricação de dormentes para suprir a ferrovia.

De 1951 a 1954, trabalhou como adido na Casa da Lavoura de Rio Claro, onde realizou plantios de café, observando as regras para a conservação do solo, modelo que lhe rendeu prêmio da Secretaria da Agricultura.



Em 1954, a convite do Prof. Philippe Westin Cabral de Vasconcellos, ocupou a Cadeira de Horticultura da Esalq, convite aceito com a condição de se manter na área de Silvicultura. As aulas práticas de Horticultura garantiram-lhe grande experiência de viveiros e plantio de mudas.

Em 1962, com o desdobramento da 12ª Cadeira em duas, prestou concurso e passou a ser titular da Cadeira de Silvicultura. Na década de 60, a convite do Ministro da Agricultura Hugo de Almeida Leme, integrou o grupo de trabalho encarregado da reformulação do Código Florestal Brasileiro, aprovado em 1965.

Em meados de 1960, aprimorou seus estudos nos Estados Unidos, onde pode observar o funcionamento de um programa de cooperação entre Universidade e o meio de produção para realização de pesquisa no setor florestal. De volta ao Brasil, liderou a equipe de empresários do setor florestal responsável pela criação do IPEF – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, em 1968, tendo sido seu diretor científico até 1980, quando se aposentou.

Galgou todos os degraus da carreira universitária e, por ocasião da reforma da USP, em 1970, foi chefe do Departamento de Silvicultura, atual Departamento de Ciências Florestais. Em 1971, conseguiu autorização para criação do Curso de Engenharia Florestal na Esalq/USP. Em 1976, implantou o Curso de pós-graduação em Engenharia Florestal na Esalq/USP, em nível de mestrado.

Foi responsável pela incorporação à Esalq da Estação Experimental de Anhembi em 1974 e da Estação Experimental de Itatinga em 1988, visando a preservação dessas áreas e seu uso para programas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Atuou como consultor de diversas entidades, entre elas o CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Comitê de Ciências Agrárias da FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. É autor de mais de 50 trabalhos científicos, além de 200 artigos de divulgação e amplo material didático.

Sempre lutou para aumentar a representatividade do Departamento de Ciências Florestais e do IPEF no setor florestal, buscando recursos junto à iniciativa privada e à Universidade para ampliar a área física do Instituto, adquirir equipamentos, modernizar as instalações, contratar e treinar pessoal especializado.

O importante trabalho realizado por Helládio do Amaral Mello para o desenvolvimento florestal brasileiro foi reconhecido inúmeras vezes com a concessão de prêmios e distinções, como a Medalha Navarro de Andrade. A Biblioteca do IPEF, idealizada por ele, leva o seu nome, sendo um dos mais importantes centros de documentação florestal da América Latina.





## *Laerte Setúbal Filho*

O paulistano Laerte Setúbal Filho, nascido em 1926, é engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo na turma de 1949. Entre 1950 e 1952 assumiu o cargo de responsável pela construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Em 1959, entrou para a empresa Duratex S/A, como gerente do Moinho São Paulo.

Em 1961 tornou-se diretor comercial da Duratex e, 13 anos depois, foi eleito vice-presidente da companhia, da qual se tornou vice-presidente do Conselho de Administração em 1987. Em 1976, ganhou destaque quando representou o Brasil junto à Comunidade Européia e ao Trade Policy Staff Committee, ocasião em que represen-

tou toda a América Latina no processo de tentativa de excluir a chapa de fibra de madeira do Sistema Generalizado de Preferências.

Ao longo de sua carreira, Laerte Setúbal Filho foi presidente da Duratex North America; presidente da Duratex Europe S/A; presidente do Instituto de Organização Racional do Trabalho; presidente do Conselho Consultivo da Scania do Brasil S/A e presidente do Conselho Geral da Siemens S/A.

Atualmente, além de ocupar a vice-presidência do Conselho de Administração da Duratex é também membro do Conselho Administrativo da Duratex Madeira Aglomerada e do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp.





## *Locke Craig*

No início da década de 60, o engenheiro florestal norte americano Locke Craig foi contratado como diretor- administrativo da Champion Papel e Celulose, tendo assumido posteriormente a presidência da Olinkraft Celulose e Papel Ltda., de Lages- SC.

Eram empresas líderes no setor, que tinham o Brasil como parte importante da sua base florestal. Sob a liderança de Locke Craig, instalaram novas unidades de produção, fabricação de sacos multifoliados e caixas de papelão ondulado.

Coube a Locke Craig também determinar a amplia-

ção das áreas florestais da empresa em Santa Catarina e promover, em meados da década de 70, a associação com uma grande empresa reflorestadora com atividades nos Estados do Paraná e São Paulo, formando a então Braskraft Produtos Florestais, que chegou a possuir 140 mil hectares de plantações de pinus e eucaliptos

Ao se aposentar e regressar aos Estados Unidos, ainda teve posteriormente, participação efetiva no discutido megaprojeto de desenvolvimento Jari, no Norte do Brasil. Faleceu nos Estados Unidos, no princípio da década de 90.





## Rúben de Mello

Rúben de Mello é natural de Lambari- MG, onde nasceu a 1º de março de 1902. Sua história remonta ao início da própria história de colonização do Brasil, quando seus antepassados integraram o grupo dos primeiros portugueses a chegarem ao país. Entre eles, personalidades como Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera e Lucas Jorge de Siqueira Franco Neto, Capitão-Mor de Atibaia.

Diplomado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, turma de 1923, exerceu inúmeras atividades profissionais. Foi presidente do Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas do Estado de São Paulo; presidente do Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Florestais- IPEF; sócio-fundador da empresa Presgrave & Mello, introdutora em São Paulo dos tacos de

madeira e da madeira compensada; diretor da Cooperativa de Distribuição de Combustíveis como representante da FIESP; diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP; diretor-presidente da Madeireira Paulista S/A e fundador-presidente do Conselho de Administração das Indústrias Madeirit S/A.

Teve intensa participação também na área social, atuando como vice-presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC (órgão da UNESCO); fundador-presidente da Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso, tendo assumido ainda a presidência do Instituto de Reintegração Social e Profissional – IRESP. Participou do Rotary Clube de São Paulo, do Instituto de Engenharia e do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT. Faleceu em 31 de março de 1990.





## *Fernando de Abreu Ribeiro*

Nascido em São Paulo em 1921, Fernando de Abreu Ribeiro graduou-se engenheiro mecânico eletricitista pela Escola Politécnica de São Paulo em 1945. No ano seguinte, foi admitido como engenheiro da General Motors do Brasil e, em 1947, foi para os Estados Unidos atuar como engenheiro da mesma empresa em Flint, Michigan.

De volta ao Brasil, em 1950, torna-se diretor-gerente da Ribeiro Gerin S/A que, em 1953, transforma-se na Rigesa Celulose, Papel e Embalagens, tendo Fernando Ribeiro como gerente administrativo por mais de duas décadas. Acompanhou a instalação do primeiro laboratório de embalagens da

América Latina para o controle da matéria-prima e participou da compra de terras em Três Barras/SC, para instalação de uma fábrica de papel e celulose.

Fernando Ribeiro também participou do início do plantio de florestas comerciais da Rigesa, da execução das obras da Estação de Tratamento de Efluentes, em Valinhos/SP, e da inauguração da fábrica de tintas para embalagens. O engenheiro ainda acompanhou as obras da fábrica de papel em Santa Catarina e viu, em 1974, a fábrica começar a produzir. Aposentou-se em 1977, residindo atualmente em São Paulo.





## Cláudio Cianflone

Nascido em 1941 e formado em engenharia agrônoma pela Esalq- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz em 1965, Cláudio Cianflone teve sua carreira dedicada ao setor florestal. Entre os anos de 1966 e 1977 foi consultor florestal do Grupo Feffer, atual Grupo Suzano, tendo prestado consultoria para mais 20 empresas do ramo.

Para aperfeiçoar sua formação, Cláudio Cianflone fez cursos e estágios em países como Argentina, Japão, Estados Unidos, Honduras, Alemanha, Espanha, Holanda, África

do Sul e Austrália. Foi diretor da Associação Paulista de Reflorestamento e da Sociedade Brasileira de Silvicultura, sendo nomeado membro do Conselho Florestal Estadual pelo Governador do Estado de São Paulo, 1972.

Durante sua carreira, colaborou profissionalmente com a implementação de 40 mil hectares de florestas artificiais e 20 mil hectares de pastagens. Atualmente, presta consultoria a empresas e vive com a família na capital paulista.







# Esalq - tradição no ensino e na pesquisa

Fundada em 1901, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo- Esalq/USP representa o ideal de Luiz Vicente de Souza Queiroz, um rico aristocrata rural que sempre sonhou em criar um estabelecimento de ensino agrícola.

Para isso, em 1889, arrematou 319 hectares da Fazenda São João da Montanha, a três quilômetros da cidade de Piracicaba/SP. As terras escolhidas tinham vantajosa localização e excelente qualidade, banhadas e contornadas pelo Rio Piracicaba e pelo Ribeirão Piracicamirim, dois mananciais de água.

Para realização de seu ideal, Luiz de Queiroz embarcou para a Europa e América do Norte. Na Inglaterra, encomendou a dois arquitetos o projeto para uma Escola Agrícola e Fazenda Modelo; dos Estados Unidos trouxe um professor de Agricultura e dois arquitetos de nacionalidade espanhola. Em 1892, já funcionavam no local duas olarias e uma serraria a vapor, a primeira do gênero na cidade.

Mas, sem apoio para a construção de sua escola, ainda no ano de 1892, Luiz de Queiroz doa a Fazenda ao Governo Estadual com o compromisso da efetivação de uma Escola Prática de Agricultura, no prazo de 10 anos. Pelo Decreto nº 130, de 17 de novembro de 1892, o então Presidente do Estado, Bernardino de Campos, aceitou a doação da fazenda com todas as suas benfeitorias, "para nela ser levada a efeito a idéia

do estabelecimento de uma escola agrícola ou instituto para educação profissional dos que se dedicam à lavoura".

Luiz de Queiroz morreu em 1898 sem ver o seu sonho realizado. Mas, após muitas dificuldades, em 1º de maio de 1901, abriu-se a matrícula aos futuros alunos; vinte dias depois, iniciaram-se os exames de admissão. Foram aprovados onze alunos e três ouvintes.

No dia 3 de junho de 1901, a cidade amanheceu em festa com o início das aulas da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, sob regime de externato. As aulas teóricas eram dadas em uma casa alugada na cidade e as práticas, na Escola Agrícola.

Em 1931, a Escola recebe a denominação de Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq em homenagem a seu idealizador. Em 1934, a Escola passa a integrar a Universidade de São Paulo (USP) e, em 1964, torna-se a primeira unidade da USP a implantar cursos de pós-graduação.

A partir de então, o ideal de Luiz de Queiroz não parou mais de crescer e, atualmente, a Esalq possui seis cursos de graduação (Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Ciências Econômicas, Ciências Biológicas, Ciências dos Alimentos e Gestão Ambiental), além de 16 cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.





# Departamento de Ciências Florestais da Esalq/USP

A história do Departamento de Ciências Florestais da Esalq teve início em 1962, quando foi criado com o nome de Cadeira de Silvicultura, disciplina fortemente atrelada ao IPEF desde o surgimento do Instituto, em 1968.

Em 1970, entretanto, a Cadeira de Silvicultura ganha status de Departamento e, em 1971, implanta o curso de graduação em Engenharia Florestal, resultado da atuação do Prof. Helládio - então chefe de Departamento que, no ano anterior, obtivera autorização da Congregação da Esalq para criação do terceiro curso do país, reconhecido em 1975. O primeiro foi implantado em 1960, em Viçosa - Minas Gerais, e o segundo, em Curitiba, no Paraná.

O curso de Engenharia Florestal da Esalq iniciou suas atividades em 1972, marcando época por ter sido o primeiro na escola a contratar docentes que não eram agrônomos, prerrogativa que reforçava o pioneirismo ideológico do Prof. Helládio que, em 1976, implanta também o curso de pós-graduação em Engenharia Florestal na Esalq/USP, em nível de mestrado.

Outra importante iniciativa na área da pós-graduação foi a implantação do mestrado em Ciências e Tecnologia de Madeiras, em 1972, por meio de convênio com a Divisão de Produtos Florestais do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

O Departamento, que à época de sua criação contava com uma equipe de 17 docentes, atualmente mantém 23 professores e uma considerável infra-estrutura com mais de seis mil metros quadrados de área construída no campus da Esalq, sendo o responsável direto pela administração das Estações Experimentais de Anhembi e de Itatinga.

Atualmente, além de ser responsável pelo curso de Engenharia Florestal e do Curso de pós-graduação em Recursos Florestais, o Departamento de Ciências Florestais dá suporte a outros cursos da Esalq e orienta parte das atividades científicas do IPEF.

